

Jornalismo, emergência climática e educação: o papel das narrativas jornalísticas frente às crises humanitárias na América Latina¹

Leandro Barbosa²
Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO

Este trabalho visa investigar o papel do jornalismo nas crises humanitárias provocadas por eventos climáticos extremos na América Latina, analisando como as coberturas jornalísticas podem atuar na educação climática e na mobilização social. O referencial teórico compreende os estudos em jornalismo socioambiental e humanitário, justiça climática e comunicação de risco. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise crítica do discurso e entrevistas com jornalistas e especialistas. Como resultado, pretende-se identificar limites e potencialidades das práticas jornalísticas e propor diretrizes para uma cobertura mais inclusiva e comprometida com a justiça climática.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo socioambiental; Emergência climática; Justiça climática; Educação climática; Jornalismo humanitário.

INTRODUÇÃO

A emergência climática global atinge de forma desproporcional a América Latina, uma das regiões mais vulneráveis devido às desigualdades históricas e sociais que marcam seu território (OMM, 2021). Os eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes e intensos, impactam diretamente populações indígenas, quilombolas, moradores de áreas periféricas urbanas e pequenos agricultores, aprofundando desigualdades e gerando crises humanitárias. Diante desse cenário, o jornalismo tem

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Comunicação e educação na emergência climática”, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Cilene Victor, membro do grupo de pesquisa HumanizaCom. Bolsista Capes. e-mail: comunicacao.leo@gmail.com.

papel central, não apenas na mediação de informações, mas também na educação climática, o que pode contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre os problemas enfrentados e o apontamento de possíveis soluções.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo principal investigar o papel do jornalismo na América Latina frente às crises humanitárias decorrentes de eventos climáticos extremos, analisando os desafios e potencialidades de uma cobertura que contribua para a educação climática e a justiça social. Para isso, a pesquisa é guiada por quatro questões centrais: (1) Quais são os desafios enfrentados pelos jornalistas na cobertura de eventos climáticos extremos? (2) Como as narrativas jornalísticas podem contribuir para a percepção pública sobre mudanças climáticas e justiça ambiental? (3) Em que medida o jornalismo contribui para a mobilização social e a urgência de políticas públicas voltadas à resiliência climática? (4) Como o uso de perspectivas do Sul Global pode enriquecer as práticas jornalísticas na cobertura climática?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A injustiça climática, no contexto brasileiro, expressa-se como a perpetuação e intensificação das desigualdades sociais históricas diante dos impactos das mudanças do clima. Conforme argumentam Scotti e Pereira (2022), os desastres ambientais não afetam todos da mesma forma: seus efeitos recaem de maneira desproporcional sobre populações racializadas, empobrecidas e historicamente marginalizadas, como indígenas, quilombolas, moradores de periferias urbanas e comunidades ribeirinhas.

Essa assimetria na distribuição dos riscos e das perdas revela uma forma de violência sistêmica, que opera tanto pela ausência de políticas públicas quanto pela negação de direitos fundamentais garantidos constitucionalmente. A justiça climática, nesses termos, é compreendida não apenas como um campo emergente do debate ambiental, mas como um projeto de sociedade orientado pela redução de vulnerabilidades e pela construção de um Estado verdadeiramente democrático, inclusivo e solidário. Os autores destacam que discutir justiça climática é, também, ressignificar a ideia de democracia e Estado de Direito, uma vez que a violação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CF/88) implica a negação de outros direitos fundamentais, como a moradia, a saúde, a educação e a vida digna. Nesse cenário, a

injustiça climática não é um fenômeno abstrato, mas sim uma realidade concreta que se materializa nas enchentes, nos deslizamentos, na contaminação da água e na precarização das condições de vida de milhões de brasileiros.

Ao convocar os direitos humanos como eixo estruturante da ação estatal e da participação social, a justiça climática exige uma nova arquitetura de políticas públicas que priorize a equidade, o reconhecimento e a reparação dos danos acumulados por gerações de populações invisibilizadas. Como afirmam os autores, enfrentar a injustiça climática requer não apenas ações de mitigação e adaptação, mas o reconhecimento de que a luta ambiental é, essencialmente, uma luta por dignidade, memória e justiça histórica (Scotti e Pereira, 2022).

Nessa perspectiva, o jornalismo humanitário, conforme conceituado por Scott, Wright e Bunce (2023), tem papel chave na cobertura da injustiça climática. Segundo os autores, trata-se de uma prática profissional híbrida que se desenvolve na zona de fronteira entre os campos do jornalismo e do humanitarismo. A partir de uma pesquisa empírica extensa, com mais de 150 entrevistas, os autores identificam um grupo de jornalistas que desafia normas convencionais da profissão ao priorizar a cobertura de crises humanitárias negligenciadas, amplificar vozes marginalizadas e oferecer explicações aprofundadas sobre contextos complexos (Scott, Wright e Bunce).

A compreensão do jornalismo como um recurso de transformação social e educacional ganha densidade quando analisamos o jornalismo humanitário, cujas raízes estão fincadas na ética da solidariedade e na defesa dos direitos humanos. Para Martin Scott, Mel Bunce e Kate Wright, o jornalismo humanitário se distancia da cobertura convencional ao propor uma prática sensível ao sofrimento humano e comprometida com a construção de respostas éticas diante das tragédias (Scott, Bunce, Wright, 2023).

Essa abordagem dialoga com o jornalismo de paz, sobretudo ao valorizar o “como” em detrimento do “quê” noticiar, uma perspectiva destacada por Victor (2021), que entende que mais importante do que cobrir guerras ou crises humanitárias, como as decorrentes da emergência climática, é refletir sobre como se dá essa cobertura, de forma a evitar a perpetuação de injustiças e violações. Nesse sentido, o “como” assume centralidade metodológica e ética, orientando a prática jornalística para a construção de sentidos que respeitem a dignidade das vítimas e promovam o reconhecimento de seus direitos (Victor, 2021).

O debate sobre a injustiça climática não apenas exige a observação acerca do papel do jornalismo humanitário, como acentua a importância do jornalismo humanitário. Nesse campo, destacam-se autoras como Girardi, Loose e Franz Amaral, que problematizam a suposta neutralidade da imprensa diante das questões socioambientais. Amaral e Girardi (2024) argumentam que o jornalismo ambiental deve assumir um papel de mobilização crítica, rompendo com o discurso da objetividade para responsabilizar os verdadeiros agentes da destruição ambiental e fortalecer a cidadania ambiental. Essa prática se insere na consolidação de uma massa crítica engajada e distribuída por diferentes regiões do país, contribuindo para a formação de profissionais e pesquisadores comprometidos com o enfrentamento das mudanças climáticas e a defesa da vida em sua plenitude.

Loose (2024), ao analisar o jornalismo climático, reforça a necessidade de uma cobertura orientada pela escuta ativa das populações mais vulnerabilizadas pelos eventos extremos, indo muito além da transmissão de dados técnicos. Principal referência na área, Bueno (2024) analisou o papel dos grupos de pesquisa na constituição do jornalismo ambiental como campo crítico e transformador e como a articulação entre pesquisadores, jornalistas e ativistas fortalece o campo ao conferir base empírica à denúncia e à incidência política. Esse ativismo jornalístico, respaldado em evidências científicas, legitima a atuação de redes e organizações não governamentais na disputa por sentidos e na formulação de políticas ambientais.

O Manual para a Cobertura Jornalística dos Desastres Climáticos, organizado por Amaral, Loose e Girardi (2024), propõe diretrizes práticas que reforçam o compromisso do jornalismo com a prevenção, a escuta das comunidades afetadas, a comunicação de riscos e a construção de narrativas que não reforcem estigmas ou revitimização das populações atingidas

Na perspectiva dos estudos no campo da percepção e da comunicação de riscos, amparados em Slovic, Sandman e Victor, é urgente que jornalistas e veículos de mídia consigam se antecipar aos desastres climáticos. Slovic (2004) argumenta que o risco, tal como percebido pelo público, não é apenas uma questão técnica ou estatística, mas profundamente influenciado por fatores emocionais, culturais e cognitivos. Por isso, a eficácia da comunicação depende da capacidade de traduzir incertezas científicas em mensagens compreensíveis e socialmente relevantes. Complementarmente, Peter

Sandman (1993) propõe a equação “Risco = Perigo + Indignação” para explicar como as reações sociais a determinados riscos podem ser mais intensas que o próprio risco calculado, destacando que o engajamento público se dá, muitas vezes, pela forma como os riscos são comunicados — ou não comunicados — pelas instituições.

A essa abordagem soma-se a contribuição de Victor (2021), que insiste na necessidade de um jornalismo que seja capaz de atuar antes que o desastre aconteça, contribuindo para a prevenção e a construção de comunidades resilientes. Para a autora, a cobertura de riscos e desastres deve romper com a lógica do imediatismo e da espetacularização. Assim, o jornalismo alcança a função social de redução de danos e de ampliação do direito à informação, essencial em contextos de emergência climática (Victor, 2021).

METODOLOGIA

Adota-se uma abordagem qualitativa, dividida em três etapas: (1) revisão bibliográfica do jornalismo ambiental, do jornalismo humanitário, da justiça climática e da comunicação de riscos; (2) análise crítica do discurso de reportagens publicadas em veículos latino-americanos sobre eventos climáticos extremos recentes, visando identificar padrões narrativos, uso de fontes e enquadramentos; (3) entrevistas semiestruturadas com jornalistas, especialistas e representantes de comunidades afetadas, para compreender desafios, práticas e lacunas na cobertura jornalística. A triangulação desses métodos permitirá uma análise profunda e contextualizada, oferecendo uma visão ampliada sobre o papel do jornalismo na emergência climática.

RESULTADOS PARCIAIS E CONTRIBUIÇÕES

Com base na revisão teórica e em estudos preliminares, observa-se que a cobertura jornalística na América Latina tende a priorizar o caráter emergencial e espetacular dos eventos, com pouca atenção às causas estruturais e às soluções locais. Faltam abordagens que articulem a crise climática com as desigualdades sociais, assim como vozes de comunidades diretamente afetadas. Este estudo pretende contribuir com diretrizes para um jornalismo mais inclusivo e transformador, que atue também como prática educativa,

promovendo a conscientização pública e a mobilização para a justiça climática. Ao articular comunicação, educação e justiça climática, a pesquisa almeja colaborar para fortalecer o papel social do jornalismo em tempos de emergência climática.

A emergência climática exige uma atuação jornalística que vá além da informação, assumindo papel educativo e mobilizador, especialmente em regiões vulneráveis como a América Latina. Para isso, é necessário repensar práticas, narrativas e abordagens, incorporando perspectivas do Sul Global e compromissos éticos com a justiça climática. Este trabalho busca fomentar esse debate e oferecer caminhos para um jornalismo alinhado às necessidades informativas e formativas das populações mais afetadas pela crise climática.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcia Franz; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloísa Beling (org.). **Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024.
- BUENO, Wilson da Costa. **A contribuição dos grupos de pesquisa em jornalismo ambiental para o combate ao negacionismo no Brasil**. *Mídia e Cotidiano*, v. 18, n. 3, p. 117–137, set./dez. 2024.
- GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloísa Beling (org.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.
- LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalimos e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade**. Florianópolis: Editora Insular, 2024.
- OMM - ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. **Estado del clima en América Latina y el Caribe 2021**. Genebra: OMM, 2022. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/28347-el-estado-del-clima-en-america-latina-y-el-caribe-2021?offset=1>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- SCOTT, Martin; BUNCE, Mel; WRIGHT, Kate. **Humanitarian journalists. Covering Crises from a Boundary Zone**. London: Routledge, 2017.
- SCOTTI, Guilherme; PEREIRA, Diego. **Injustiça climática: a desigualdade social como violação à garantia de direitos**. *Revista de Direito Público*, v. 19, n. 104, p. 287–302, out./dez. 2022.
- SANDMAN, Peter M. **Responding to community outrage: strategies for effective risk communication**. Fairfax, VA: American Industrial Hygiene Association, 1993.
- SLOVIC, Paul. **Perception of risk**. London: Earthscan, 2004.
- VICTOR, Cilene. **Jornalistas e a lesão moral na pandemia: comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz**. In: VICTOR, Cilene; SOUSA, Cidival Morais (org.). *Pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação*. Campina Grande: EDUEPB, 2021. p. 319–326.